

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEL

LILIAMAR FÁTIMA PARMEGGIANI PESTANA MARQUES GOMES, Leiloeira Oficial, inscrita na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul – JUCISRS sob nº 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada por **BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 92.816.560/0001-37, promoverá a venda em Leilão do imóvel abaixo descrito, na modalidade “online”, mediante o recebimento de lances através do site www.leiloes.com.br, na data, hora infracitados.

Data do Leilão: 05/10/2022, quarta-feira, às 10h00min.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:

LOTE 01 – Porto Alegre/RS. Bairro Navegantes. Imóvel comercial.

A) Rua Dr. João Inácio, 1.032. Ter. c/ área superficial de 232,32m² (6,60 X 35,20m). Mat. 105.060 do 1º RI local.

B) Av. Sertório, 929. Ter. c/ área superficial de 1.590,00m² (10,60 X 150,00m). Mat. 107.290 do 1º RI local.

C) Av. Sertório, 937, 979, 1.001 e 1.009. Áreas totais: const. 2.870,22m² e ter. estimada no local 12.030,55m². Mat. 176.639 do 1º RI local.

Obs.: Imóveis interligados fisicamente com os imóveis circunvizinhos. Áreas totais superficiais de terreno e possíveis benfeitorias (pavilhões construídos em estrutura mista), pendentes de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área superficial dos terrenos (*in loco*, os três terrenos totalizam 13.852,42m²) e remembramento das matrículas, correrão por conta do(a) comprador(a). O vendedor não responde por contaminação do solo ou subsolo ou passivos de caráter ambiental. Desocupados.

Ref. Item “A” – O vendedor providenciará, se necessário, sem prazo determinado, o cancelamento do assentamento AV-17/105.060 da precitada matrícula. **Ref. Item “C”** – Regularizações e encargos perante os órgãos competentes de eventual ampliação, modificação, delimitação ou demolição das benfeitorias e divergência da área construída, assim como demarcação física do terreno – levantamento topográfico e/ou memorial descritivo, correrão por conta do(a) comprador(a).

Lance mínimo: R\$16.700.000,00 (dezesseis milhões e setecentos mil reais).

CONDIÇÕES DE VENDA

I – DO LEILÃO:

O Leilão é regido pelo Decreto Federal nº 21.981/32, com as modificações introduzidas pelo Decreto Federal nº 22.427/33, bem como por este Edital e será realizado na modalidade “online”, mediante o recebimento de lances através do site **www.leiloes.com.br**, pela Leiloeira Oficial, Liliamar Pestana Gomes – JUCISRS nº 168/00.

Para participação, o(a) interessado(a) deverá cadastrar-se e habilitar-se previamente no site www.leiloes.com.br.

Eventuais alterações na descrição do imóvel ou em suas respectivas condições de venda ocorridas até a data de realização do Leilão serão, a critério do(a) vendedor(a), noticiadas por meio do site da Leiloeira Oficial, cabendo ao(à) interessado(a) acompanhar e se cientificar das referidas modificações.

II – DO PROCEDIMENTO DE VENDA:

O imóvel será vendido a quem maior lance oferecer, desde que observado o respectivo valor mínimo para a venda, ficando reservado ao(à) vendedor(a) o direito de, a seu exclusivo critério ou necessidade, vendê-lo pelo maior lance alcançado ou por outro valor ofertado que não o lance maior, bem como retirar, desdobrar, reunir em lotes, ou voltar lances, independente de quaisquer justificativas, sempre por intermédio da Leiloeira Oficial.

Aprovado o lance pelo(a) vendedor(a), o(a) comprador(a) estará obrigado(a) ao pagamento do valor correspondente ao total ou ao sinal do bem arrematado, quando for o caso, e ao pagamento total da comissão da Sra. Leiloeira de 5% (cinco por cento) sobre o valor do arremate, à vista.

Independente da forma de arrematação, todos os compradores, após o Leilão, estão obrigados à assinatura da Ata e Recibo de Arrematação de Imóvel que será emitida mesmo no caso de venda condicional.

Caso o(a) vendedor(a) não aprove o valor ofertado, o lance será desconsiderado, não sendo devido qualquer valor pelo proponente.

III – DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO:

O(A) interessado(a), obrigatoriamente, deverá fornecer à Sra. Leiloeira os seguintes documentos: **a) se pessoa física**: documentos de identificação (CPF/MF, RG/RNE ou CNH), inclusive do cônjuge/companheiro(a), Certidão de Nascimento e/ou Casamento, Declaração de

União Estável, Pacto Antenupcial, de acordo com o regime de bens, comprovante de residência, comprovante de permanência legal e definitiva no País, na hipótese de estrangeiro, procuração, quando representado por terceiros, etc.; e, **b) se pessoa jurídica:** atos constitutivos da sociedade empresarial, inclusive a última alteração, ata de eleição de diretoria, havendo, documentos de identificação do(s) sócio(s) administrador(es), cartão do CNPJ/MF, comprovante de endereço, Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal (via internet), procuração, quando representado por terceiros, etc. Os documentos, não havendo exigência contrária, poderão ser apresentados em cópia reprográfica. À Leiloeira Oficial é reservado o direito de solicitar outros documentos ou informações que entender necessários, podendo ser em via original ou cópia autenticada.

Todas as pessoas maiores de 18 (dezoito) anos e capazes, nos termos da legislação vigente, poderão dar lances e arrematar no Leilão. Fica esclarecido que menores de 18 (dezoito) anos somente poderão adquirir se emancipados, representados ou assistidos pelo responsável legal. Estrangeiros poderão adquirir desde que cumpridos os requisitos previstos nas instruções normativas, resoluções, ambas da Receita Federal e suas respectivas alterações.

Empresário Individual não poderá dar lances e/ou arrematar no Leilão, na condição de pessoa jurídica, por força do art. 966 do Código Civil. Havendo interesse na aquisição do bem para destinação à atividade empresarial, o este poderá dar lances e arrematar como pessoal natural, munida de RG/RNE e CPF/MF, constando, posteriormente, no título translativo sua alocação (Código Civil, art. 978).

IV – DA PARTICIPAÇÃO VIA INTERNET:

Serão aceitos lances via internet, com participação *online*, por meio de acesso identificado e fornecido sob responsabilidade da Leiloeira, através de seu site, estando os interessados sujeitos integralmente às Condições de Venda e de Pagamento dispostas neste Edital de Leilão.

Para participação do Leilão *online*, deverão os interessados efetuar cadastro prévio no site **www.leiloes.com.br**, enviar a documentação necessária, bem como anuir às regras de participação dispostas no site da Sra. Leiloeira para obtenção de “login” e “senha”, o qual validará e homologará os lances em conformidade com as disposições do Edital. O(A) interessado(a), ao efetuar o cadastramento, deverá ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir todas as responsabilidades e obrigações constantes nas Condições de Venda e de Pagamento dispostas no Edital de Leilão.

A concretização da arrematação mediante formalização da Ata e Recibo de Arrematação de Imóvel, Escritura Pública ou Instrumento Particular somente será realizada em nome da pessoa que efetuou o cadastro prévio no site da Sra. Leiloeira, não sendo permitido cessões de direitos ou transferência da propriedade em nome de terceiros. O pagamento deverá ser realizado diretamente e exclusivamente pelo(a) arrematante/comprador(a) por meio de transferência eletrônica oriunda de conta de sua titularidade para crédito em conta indicada pela Leiloeira Oficial, se for o caso, sendo vedado o pagamento em

espécie, cheque e pix. Os lances oferecidos *online* não garantem direitos ao(à) proponente/arrematante em caso de recusa da Leiloeira Oficial ou por qualquer outra ocorrência, tais como, queda ou falhas no sistema, conexão de internet, linha telefônica ou outras ocorrências, sejam quais forem os motivos, posto que são apenas facilitadores de oferta aos interessados, com os riscos naturais às falhas ou impossibilidades técnicas, imprevisões e intempéries, que são assumidos com exclusividade pelo(a) interessado(a) quando da sua participação, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito.

V – DOS IMPEDIMENTOS PARA AQUISIÇÃO:

É vedada a alienação com opção para pagamento a prazo, em qualquer modalidade, para compradores com restrições cadastrais ou em mora perante o(a) vendedor(a) ou outras Instituições, ainda, se figurar no cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, tais como, Serasa, SPC, etc. Constatando-se qualquer uma das situações durante a realização do evento, o imóvel será reconduzido a pregão, a critério exclusivo do(a) vendedor(a). Caso a constatação ocorra após o encerramento do evento, a venda poderá ser considerada sem efeito a critério do(a) vendedor(a). Em qualquer situação não há obrigação do(a) vendedor(a) informar ao(à) arrematante as restrições existentes, pois fica a seu critério a conclusão ou não da venda.

VI – DAS VISITAS PRÉVIAS AO(S) IMÓVEL(IS):

As fotos do imóvel divulgadas são meramente ilustrativas, competindo, portanto, aos interessados, procederem visita prévia à realização do Leilão, inclusive para a identificação deste no local com a foto divulgada.

VII – DA VENDA EM CARÁTER “AD CORPUS” E CONFORME O ESTADO FÍSICO:

O imóvel será vendido em caráter “AD CORPUS” e no estado em que se encontra, sendo que as áreas mencionadas no Edital, folhetos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, isto é, o(a) arrematante adquire o imóvel como se apresenta como um todo, independentemente de suas exatas e verdadeiras limitações, sejam elas quais forem, não podendo, por conseguinte, exigir complemento de área, reclamar eventuais mudanças nas disposições internas dos cômodos do imóvel apregoado, inclusive separação física ou possível demolição das benfeitorias, não podendo ainda, alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação e localização do bem, seja a que tempo ou título for, não sendo cabível, portanto, pleitear a rescisão do contrato ou abatimento proporcional do preço em tais hipóteses.

VIII – DA VENDA CONFORME O ESTADO FISCAL E DOCUMENTAL E DA RESPONSABILIDADE POR REGULARIZAÇÕES NECESSÁRIAS:

O imóvel será vendido na situação em que se encontra registrado no cartório de Registro de Imóveis onde está matriculado e na condição fiscal em que se apresentar perante os órgãos públicos, obrigando-se o(a) comprador(a), de maneira irrevogável e irretratável, a promover regularizações de qualquer natureza, cumprindo inclusive, quaisquer exigências de cartórios ou de repartições públicas, inclusive previdenciárias, que tenham por objeto a regularização do imóvel junto a cartórios e demais órgãos competentes, o que ocorrerá sob suas exclusivas expensas. De igual modo, o(a) vendedor(a) não responde por débitos não apurados junto ao INSS do imóvel com construção em andamento, concluída ou reformada, não averbada no Registro de Imóveis competente, bem como quaisquer outros ônus, providências ou encargos necessários.

IX – DA CIENTIFICAÇÃO PRÉVIA ACERCA DE EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES DE USO:

O(A) comprador(a) deverá se cientificar prévia e inequivocadamente, por conta própria, das exigências e restrições de uso impostas pela legislação e órgãos públicos (municipal, estadual e federal), especialmente no tocante a legislação e preservação ambiental, saneamento, situação enfiteutica, uso do solo e zoneamento, limitação legal para construções verticais na região, servidões de qualquer natureza e ainda, das obrigações e dos direitos decorrentes das convenções e especificações de condomínio ou imposições dos loteamentos, quando for o caso, às quais estará obrigado a respeitar por força da arrematação, não ficando o(a) vendedor(a), responsável por qualquer levantamento ou providências neste sentido. O(A) vendedor(a) não responde por eventual contaminação do solo ou subsolo ou passivos de caráter ambiental.

X – DOS PAGAMENTOS, CONDIÇÃO RESOLUTIVA E DA COMISSÃO DA LEILOEIRA OFICIAL:

O(A) comprador(a) deverá pagar em até 5 (cinco) dias úteis, após a arrematação, a importância equivalente ao sinal ou, quando for o caso, a totalidade do valor do arremate ao(à) vendedor(a), mais comissão de 5% (cinco por cento) à Leiloeira Oficial (em pagamentos separados). O pagamento relativo ao sinal (vendas parceladas) ou ao valor integral (vendas à vista), fica subordinado a Condição Resolutiva, o que implicará na resolução de pleno direito do negócio jurídico, independentemente de notificação, não gerando qualquer efeito para as partes ou terceiros, sem prejuízo da apuração de perdas e danos pelo(a) vendedor(a), ficando o imóvel livre para ser alienado, de imediato. O(A) vendedor(a) estabelecerá a forma/local para pagamento do saldo ou da 1ª (primeira) parcela do preço e/ou assinatura dos documentos necessários à formalização da venda.

XI – DOS PAGAMENTOS A PRAZO:

A venda efetuada mediante pagamento parcelado estará sujeita à análise de crédito pelo(a) vendedor(a). O vencimento da 1ª (primeira) parcela será em 30 (trinta) dias após a data do Leilão, e as demais parcelas em igual dia dos meses subsequentes, independentemente da

transmissão de posse e assinatura do Instrumento Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia ("Instrumento"). Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer parcela do preço, inclusive antes do registro do Instrumento na matrícula do imóvel, sobrevirá o acréscimo imediato de juros de mora à razão de 12% a.a. (doze por cento ao ano), correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da dívida além das medidas de execução do contrato nos termos da Lei Federal nº 9.514/97.

O não pagamento de quaisquer das parcelas do saldo, em seus exatos vencimentos, facultará ao(à) vendedor(a) notificar o(a) comprador(a), judicial ou extrajudicialmente, com prazo de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento da parcela vencida, com os acréscimos acima. Vencido tal prazo, sem a purgação da mora, poderá o(a) vendedor(a), a seu critério exclusivo, optar pelo vencimento antecipado de todo o saldo, com os acréscimos acima mencionados, ou considerar o negócio rescindido de pleno direito, ficando o imóvel liberado para ser comercializado novamente pelo(a) vendedor(a).

Não constituirão motivo para desfazimento do negócio pelo Comprador, ou modificação dos vencimentos das parcelas do saldo do preço de aquisição, o eventual atraso na formalização do Instrumento de venda, especialmente quando celebrado fora da Sede da Matriz do Vendedor.

XII – DA ESCRITURA PÚBLICA OU INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL COM PACTO ADJETIVO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA:

A venda à vista será formalizada a Escritura Pública de Compra e Venda, e a venda a prazo será celebrado o Instrumento Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia, que deverá ser registrado na matrícula do imóvel pelo(a) comprador(a), e este deverá apresentar ao(à) vendedor(a), no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do Instrumento, a comprovação do registro perante o Ofício Imobiliário competente, com a apresentação da certidão atualizada da matrícula do imóvel, bem como da alteração cadastral perante órgãos públicos e condomínios quanto à responsabilidade por tributos e encargos. A escritura pública será lavrada perante o Tabelionato de Notas indicado pelo(a) vendedor(a). Vencida a documentação disponibilizada para outorga da escritura pública, independente de culpa do(a) vendedor(a), ficará sob responsabilidade do(a) comprador(a) a obtenção de novos documentos. Lavrada a escritura pública, deverá o(a) comprador(a) apresentar ao(à) vendedor(a), no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da lavratura, a comprovação do registro perante o Ofício Imobiliário competente, com a apresentação da certidão atualizada da matrícula do imóvel, bem como da alteração cadastral perante órgãos públicos e condomínios quanto à responsabilidade por tributos e encargos.

O(A) comprador(a) deverá fornecer os documentos e tomar todas as providências necessárias quanto ao pagamento dos tributos e outras despesas perante o Tabelionato de Notas indicado a fim de que seja efetuada a transferência da propriedade no prazo de até 60 (sessenta) dias para as vendas à vista, mediante assinatura da Escritura Pública de Compra e Venda, a contar do Leilão, e no prazo de 30 (trinta) dias para as vendas à prazo, mediante a assinatura do

Instrumento Particular de Compra e Venda com Pacto de alienação Fiduciária, sob pena de ser cobrado do(a) comprador(a) multa diária de 1% (um por cento) tomando por base o valor do imóvel. Havendo inadimplência do(a) comprador(a) após a apresentação por este ao(a) vendedor(a) de comprovação do Instrumento devidamente registrado na matrícula do imóvel, serão adotadas todas as condições estabelecidas na Lei Federal nº 9.514/97, conforme disposto no Instrumento.

XIII – DA ASSINATURA DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA:

Na hipótese de ocorrer qualquer pendência documental que obste a imediata lavratura da escritura pública definitiva, nos casos de pagamento à vista, ou do Instrumento, no caso de pagamento parcelado, ficará facultado ao(a) vendedor(a) celebrar Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda, quitado ou parcelado, conforme o caso. O(A) comprador(a) ficará obrigado a receber a escritura pública definitiva ou Instrumento tão logo concluídas todas as regularizações e providências necessárias.

XIV – DAS DESPESAS COM A TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL:

Serão de responsabilidade do(a) arrematante todas as providências e despesas necessárias à transferência do imóvel, destacando-se, mas não estando limitadas ao imposto de transmissão, taxas, emissão de alvarás, certidões, certidões pessoais, certidões em nome do(a) vendedor(a), outorga de escrituras públicas, emolumentos cartorários, registros, averbações de qualquer natureza, inclusive o recolhimento de laudêmio e obtenção de certidões autorizativas, ainda que relativo a hipóteses de situações enfitêuticas não declaradas ao tempo da alienação.

XV – DA CLÁUSULA *CONSTITUTI* E DA TRANSFERÊNCIA DA POSSE DO IMÓVEL DESOCUPADO:

Na venda à vista, a posse do bem será transferida ao(a) arrematante em até 72 (setenta e duas) horas após comprovada a compensação bancária do valor integral do lance, enquanto nas vendas parceladas, a posse do imóvel será transmitida após o prazo de 10 (dez) dias a contar da data de apresentação ao(a) vendedor(a) da certidão atualizada da matrícula, constando o registro da Alienação Fiduciária em Garantia. Confirmadas as compensações bancárias, no caso de pagamento à vista, operar-se-á automaticamente a transmissão da posse, direitos, obrigações e ações incidentes sobre o imóvel, por força da cláusula *constituti* ora estabelecida, cabendo ao(a) arrematante providenciar seu ingresso neste, podendo, a seu critério e após os prazos acima, retirar as chaves do imóvel perante a local indicado na descrição do bem, se houver.

XVI – DA RESPONSABILIDADE FISCAL E DE ENCARGOS INCIDENTES SOBRE O IMÓVEL:

Todos os débitos pendentes relativos a tributos (IPTU, taxas e outras contribuições), taxa de incêndio, foro, despesas condominiais, contas de consumo e outros encargos, vencidas ou vincendas serão de responsabilidade do(a) comprador(a), inclusive os débitos lançados em dívida ativa ou em cobrança judicial, independentemente da data dos fatos geradores dos respectivos débitos, devendo ser quitados junto aos respectivos credores até a data de outorga da escritura pública definitiva ou assinatura do Instrumento, conforme o caso, sem direito a qualquer ressarcimento. Os valores indicados no Edital de Leilão, não eximem o(a) comprador(a) quanto à responsabilidade de levantamento real dos valores devidos junto aos credores antes da aquisição, não podendo posteriormente requerer do(a) vendedor(a) eventual diferença de valores. Os valores lançados e não pagos pelo(a) arrematante/comprador(a) após a compra que eventualmente estiverem em nome do(a) vendedor(a) e que por este vier a ser pago para liberação de Certidão Negativa ou outro procedimento, serão objeto de notificação e/ou ação de regresso contra o(a) arrematante/comprador(a) acrescidos de juros e correção monetária até sua quitação.

XVII – DA HIPÓTESE DE EVICÇÃO E RESPECTIVA INDENIZAÇÃO:

O imóvel disponibilizado à venda, não sendo originário do ativo de uso do(a) vendedor(a), pode, a qualquer tempo e eventualmente, ser objeto de reivindicação judicial ou gravames (administrativos ou judiciais), cujos resultados das demandas ou baixas serão suportados pelo(a) vendedor(a). Fica esclarecido que no tocante às demandas judiciais, o(a) vendedor(a) responderá somente por ocasião da definitiva decisão judicial, transitada em julgado, não constituindo as referidas demandas, em qualquer situação, motivo para o(a) arrematante pleitear o desfazimento da arrematação, seja a que tempo ou título for. A indenização por evicção (perda da coisa por força de sentença judicial) corresponderá somente até o limite do preço da venda do imóvel, com acréscimo do Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, a contar de seu desembolso integral ou do sinal e das respectivas parcelas pagas, bem como da comissão da Sra. Leiloeira, e dos custos com escritura pública e registro da propriedade, não sendo conferido ao(à) adquirente o direito de pleitear quaisquer outros valores indenizatórios, a exemplo daqueles estipulados nos artigos 448 e 450 do Código Civil e tampouco por benfeitorias eventualmente introduzidas no imóvel, após a data da aquisição, pelas quais não poderá sequer pleitear direito de retenção.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 - À vista:

Sobre o valor do arremate, incorrerá a comissão de 5% (cinco por cento) à Sra. Leiloeira a ser paga pelo(a) arrematante.

2 - Parcelado em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais:

Sinal mínimo de 30% (trinta por cento), mais comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do arremate à Sra. Leiloeira no ato do Leilão e o saldo restante em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, diretamente com o(a) vendedor(a), acrescido de taxas e encargos (juros de 4% a.a e atualização monetária pela Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), devendo o crédito ser aprovado previamente a ocorrência do evento.

O(A) comprador(a) deverá verificar antes do Leilão a possibilidade de atender todas as exigências do(a) comitente vendedor(a). O atendimento das condições exigidas pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE é de responsabilidade exclusiva do(a) comprador(a), sendo que eventuais dificuldades não poderão ser utilizadas como justificativa para descumprimento dos prazos e condições previstas neste Edital. Ainda que haja negativa da liberação de crédito pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE após o Leilão, o(a) comprador(a) não se desobrigará dos compromissos assumidos para pagamento do valor do arremate e da comissão da Sra. Leiloeira.

O não cumprimento do pagamento do sinal ou do total à vista nos prazos estabelecidos por este Edital, independente do motivo alegado, acarretará no cancelamento da venda por culpa do(a) arrematante, nos termos do art. 408 do Código Civil, podendo a Leiloeira Oficial reter o sinal dado ou cobrar a importância referente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do arremate a título compensatório, o que se efetivará através de boleto bancário, ficando o imóvel liberado para ser comercializado novamente pelo(a) vendedor(a).

Ainda, o descumprimento do pagamento e dos termos deste Edital acarretará no imediato bloqueio do cadastro do(a) arrematante e de seus procuradores, para participação de leilões, e facultará à Leiloeira Oficial a cobrança dos valores devidos na esfera administrativa e judicial, ficando desde já eleito o Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS como competente para as ações desta natureza.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e não possam alegar desconhecimento do feito é publicado o presente Edital de Leilão.

Informações com a Leiloeira Oficial, Liliamar Pestana Gomes – JUCISRS 168/00, no telefone (51) 3535-1000 ou site www.leiloes.com.br.